



Revista on line de Política e Gestão Educacional
Online Journal of Policy and Educational Management



¹ Assoc. Prof. Dr., Universidade Osmaniye Korkut Ata, Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais, Departamento de História, Turquia.

² Assoc. Prof. Dr., Universidade Osmaniye Korkut Ata, Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais, Departamento de História, Turquia.

³ Prof. Dr., Universidade Çankırı Karatekin, Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais, Departamento de História, Turquia.



SUPERVISÃO DE ESCOLAS ESTRANGEIRAS E MINORITÁRIAS NO ESTADO OTOMANO SEGUNDO FONTES DE ARQUIVO

SUPERVISIÓN DE ESCUELAS EXTRANJERAS Y MINORITARIAS EN EL ESTADO OTOMANO SEGÚN FUENTES DE ARCHIVO

SUPERVISION OF FOREIGN AND MINORITY SCHOOLS IN THE OTTOMAN STATE ACCORDING TO ARCHIVE SOURCES

Şenay ATAM¹

senayatam@osmaniye.edu.tr

Ümmügülsüm CANDEĞER²

ummugulsumcandeger@osmaniye.edu.tr

Aydın EFE³

yorturk33@gmail.com



Como referenciar este artigo:

Atam, S., Candeg r, U., & Efe, A. (2025). Supervisão de escolas estrangeiras e minoritárias no estado Otomano segundo fontes de arquivo. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 29(esp4), e025089. <https://doi.org/10.22633/rpge.v29iesp4.20755>

Submetido em: 20/11/2025

Revisões requeridas em: 25/11/2025

Aprovado em: 04/12/2025

Publicado em: 20/12/2025

RESUMO: A questão das escolas não muçulmanas no Império Otomano começou após a conquista de Istambul, quando as aulas religiosas baseadas na igreja gradualmente se tornaram escolas. À medida que o império enfraquecia e concedia capitulações, as potências estrangeiras estabeleceram rapidamente escolas privadas, especialmente após o Artigo 129 dos Regulamentos Educacionais de 1869. O número crescente de instituições criou desafios de inspeção, levando a novos regulamentos que abrangiam tanto as atividades escolares quanto eventos relacionados, como teatro, balé e loterias. Este estudo utiliza análise documental qualitativa dos Arquivos do Estado Otomano, incluindo transcrições dos materiais examinados. Os resultados mostram que a tolerância religiosa do império permitiu que as comunidades abrissem escolas para sua própria educação religiosa, mas isso também aumentou a influência estrangeira sobre os súditos não muçulmanos. Apesar dos esforços, o controle efetivo só foi alcançado durante a Primeira Guerra Mundial e a abolição das capitulações. A República da Turquia posteriormente resolveu a questão unificando todas as escolas sob o Ministério da Educação por meio da Lei de Unificação da Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Otomano. Escola Estrangeira. Regulamento. Inspeção.

RESUMEN: La cuestión de las escuelas no musulmanas en el Imperio Otomano comenzó después de la conquista de Estambul, cuando las clases religiosas basadas en la iglesia se transformaron gradualmente en escuelas. A medida que el imperio se debilitaba y concedía capitulaciones, las potencias extranjeras establecieron rápidamente escuelas privadas, especialmente después del Artículo 129 de los Reglamentos Educativos de 1869. El aumento del número de instituciones generó desafíos de inspección, lo que llevó a nuevos reglamentos que abarcaban tanto las actividades escolares como eventos relacionados, como teatro, ballet y loterías. Este estudio emplea un análisis documental cualitativo de los Archivos del Estado Otomano, incluyendo transcripciones del material examinado. Los resultados muestran que la tolerancia religiosa del imperio permitió que las comunidades abrieran escuelas para su propia educación religiosa, pero eso también incrementó la influencia extranjera sobre los súbditos no musulmanes. Pese a los esfuerzos, el control efectivo solo se logró durante la Primera Guerra Mundial y con la abolición de las capitulaciones. Posteriormente, la República de Turquía resolvió la cuestión unificando todas las escuelas bajo el Ministerio de Educación mediante la Ley de Unificación de la Educación.

PALABRAS CLAVE: Estado Otomano. Escuela extranjera. Reglamento. Inspección.

ABSTRACT: The issue of non-Muslim schools in the Ottoman Empire began after the conquest of Istanbul, when church-based religious classes gradually became schools. As the empire weakened and granted capitulations, foreign powers rapidly established private schools, especially after Article 129 of the 1869 Educational Regulations. The growing number of institutions created inspection challenges, leading to new regulations covering both school activities and related events such as theatre, ballet, and lotteries. This study uses qualitative document analysis from the Ottoman State Archives, including transcripts of the examined materials. The findings show that the empire's religious tolerance allowed communities to open schools for their own religious education, but this also increased foreign influence over non-Muslim subjects. Despite efforts, effective control was not achieved until World War I and the abolition of capitulations. The Republic of Turkey later resolved the issue by unifying all schools under the Ministry of Education through the Law of Unification of Education.

KEYWORDS: Ottoman State. Foreign School. Regulation. Inspection.

Artigo submetido ao sistema de similaridade



Editor: Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz.

INTRODUÇÃO

Como todos sabemos, a educação é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade e para que ela alcance o nível de bem-estar desejado. Nesse sentido, pode-se dizer que o primeiro nível de educação é fundamental para que as sociedades humanas de caçadores-coletores se estabeleçam ao longo do tempo e transmitam suas experiências e conhecimentos às gerações seguintes. O desenvolvimento das sociedades humanas ao longo do tempo tornou a educação mais sistemática. A sistematização da educação, por sua vez, levou ao desenvolvimento de planejamento, leis e mecanismos de controle. Assim como outras instituições, o sistema de madraças, presente nos estados turcos antes do Império Otomano, foi herdado por este. Com o aumento do nível de educação durante o Império Otomano, essas madraças se tornaram as instituições mais avançadas entre as de sua época.

No período clássico do Império Otomano, a educação não estava sob o controle direto do Estado. Ela era ministrada em instituições estabelecidas em determinados centros, geralmente com o status de instituições de ensino privadas e por meio de fundações. Devido à estrutura comunitária da sociedade otomana, todas as comunidades estabeleciam suas próprias escolas e educavam seus filhos nelas, o que também era influenciado pela tradição de tolerância do Estado otomano. Além das escolas abertas por não muçulmanos no país, escolas abertas por estrangeiros foram surgindo ao longo do tempo. É possível que o conceito das primeiras escolas estrangeiras e para minorias seja datado de 1453, ano da conquista de Istambul.

Grupos minoritários, que interpretaram a permissão dada por Fatih Sultan Mehmet para a abertura de salas de aula em igrejas, para a abertura de escolas e para o fornecimento de educação em edifícios independentes, com o objetivo de treinar clérigos que apenas os ajudariam a realizar seus cultos, começaram a ser protegidos por estados estrangeiros que visavam utilizá-los futuramente. Dessa forma, estados estrangeiros que tinham influência sobre as escolas minoritárias e até mesmo acrescentaram seus próprios nomes aos nomes dessas escolas, gradualmente abriram suas próprias escolas. Assim, além da confusão de nomes como Escola Armênia Americana, Escola Armênia Francesa, Escola Judaica Francesa, Escola Americana, Escola Francesa, Escola Inglesa, Escola Russa, Escola Alemã, Escola Italiana, Escola Austríaca, Escola Búlgara, etc., começou (Haydaroğlu, 2006, p. 150).

Esse direito, concedido para permitir que não-muçulmanos e estrangeiros residentes no Império Otomano recebessem educação de acordo com suas crenças religiosas, com o tempo se transformou em instituições onde outros estados exerceram influência sobre esses grupos minoritários e, em certo sentido, militantes foram formados a partir de uma instituição onde se ministrava educação religiosa (Haydaroğlu, 2006, p. 151; Zengin, 2007, p. 614; Dingeç, 2014).

Quando a literatura é examinada, é possível chegar a muitas publicações sobre escolas estrangeiras e minoritárias (Aksu, 2009; Büyükkarçı, 1996; Güler, 1998; Mutlu, 2005; Özcan, 2017; Özeçoğlu, 2020; Padem, 2020; Polat, 2021; Sezer Arıç, 2014).

MÉTODO

O estudo visa revelar como funciona o mecanismo de controle em escolas estabelecidas por estrangeiros e minorias que atuam em atividades educacionais no Estado Otomano. Para tanto, esta pesquisa buscou determinar se existe alguma aplicação específica relacionada às leis, regulamentos e inspeções de escolas estrangeiras e de minorias.

A pesquisa foi realizada por meio de um método de digitalização de dados de arquivo. O universo da pesquisa é o Arquivo Otomano sob a jurisdição do Arquivo Estatal da Presidência da República da Turquia. Na busca realizada com a palavra-chave “inspeção”, sem selecionar o arquivo específico, no banco de dados do Arquivo Estatal, foram encontrados 20.770 documentos de natureza geral, enquanto na busca realizada com a seleção do Arquivo Otomano sob a jurisdição do Arquivo Estatal da Presidência, foram encontrados 19.095 documentos.

Como não há restrições nesta digitalização, o excesso da proporção numérica dos dados brutos obtidos pode ser considerado um resultado importante para demonstrar a funcionalidade do mecanismo de inspeção na estrutura institucional do Império Otomano. No entanto, com a filtragem feita nos dados de arquivo sobre o assunto, 23 documentos são acessados ao escolher Yıldız Perakende-Maarif como fonte. O número 23 aqui não deve ser interpretado como o número de páginas. Cada entrada de dados pode ter números de página diferentes.

Por exemplo, ao inserir dados, pode-se encontrar apenas uma página, e o conteúdo pode resultar em cadernos de 300 a 500 páginas. Em outras palavras, é possível inferir que se trata de uma enorme fonte de dados para pesquisadores históricos.

Entre os documentos relacionados a escolas estrangeiras e de minorias no código do fundo de exposição educacional Yıldız Perakende, dois documentos são importantes para explicar as regras segundo as quais as inspeções nessas escolas serão realizadas e como a renda das manifestações nessas escolas pode ser obtida como apoio econômico. Assim, o primeiro dos documentos de arquivo em que a pesquisa se baseia é o Regulamento de Inspeção de Não-Muçulmanos e Estrangeiros (Arquivo do Estado da República da Turquia, s.d., pp. 1–63), e o segundo, que trata de como inspecionar teatros de salão e loterias organizadas em benefício de escolas de minorias (Arquivo do Estado da República da Turquia, s.d., pp. 1–67), são documentos relacionados.

Os significados das palavras no documento de arquivo são apresentados como notas de rodapé sob a página, e para os significados das palavras, consulte o Dicionário Enciclopédico Turco-Otomano de F. Devellioğlu e as obras de Ş. Sami, intituladas *Kamus-i. Türkiye*, foram usados.

Como a pesquisa é realizada no arquivo da Presidência de Estado, que é aberto a todos os pesquisadores, e o método de revisão documental é aplicado, trata-se de um estudo que não requer a permissão do comitê de ética.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como mencionado anteriormente, os primeiros exemplos de escolas para minorias no Império Otomano foram estabelecidos após a conquista de Istambul. No último quartel do século XVIII, o Império Otomano perdeu força diante do Ocidente e começou a abrir escolas de estilo ocidental. Antes desse processo, pode-se afirmar que escolas abertas por cidadãos não muçulmanos e estrangeiros continuaram a existir no Império Otomano. De fato, pode-se concluir que a educação no Império Otomano persistiu em um estado de desordem.

A regulamentação legal relativa à abertura de escolas por estrangeiros e minorias foi mencionada pela primeira vez no *Maarif-i* de 1869. Regulamento *Umumiye* (Hayta, 1995; Mutlu, 1999). Quanto ao assunto do artigo 129.º do *Maarif-i*, de acordo com o Regulamento *Umumiye*, as escolas privadas são escolas estabelecidas por sociedades ou indivíduos de estados otomanos ou estrangeiros, pagas ou gratuitas. Suas despesas são cobertas pelos fundadores ou pelas fundações às quais são afiliadas.

As condições das instituições são as seguintes: a) Os professores dessas escolas possuem certificado emitido pelo Ministério da Educação ou pela administração educacional local; b) As aulas são ministradas de acordo com as normas de moralidade e política nessas escolas, e o currículo e os livros são aprovados pelo Ministério da Educação ou pela administração educacional local e pelo governador; c) A autorização oficial é concedida pelo Ministério da Educação, pela administração educacional local e pelo governador. A Cláusula B do Artigo 129 contém uma declaração de que a inspeção será realizada. A forma como essas escolas serão inspecionadas é regulamentada de acordo com o regulamento de *Mekatib-i*. O regulamento foi publicado em 6 de setembro de 1888 (Arquivos Estaduais da República da Turquia, s.d., pp. 1–63).

Antes da publicação do regulamento, uma petição das províncias indicava a necessidade de uma diretriz sobre como inspecionar escolas não muçulmanas e estrangeiras. Essa solicitação consta do documento, resumido brevemente como “Atribuições dos inspetores de escolas não muçulmanas e estrangeiras”, datado de 28 de setembro de 1887 e arquivado (Arquivo do Estado da República da Turquia, s.d., pp. 1–52). Portanto, é necessário um regulamento

para a inspeção de escolas não muçulmanas e estrangeiras. Considerando que os inspetores não são obrigados a realizar as inspeções pessoalmente, solicita-se que o Ministério da Educação publique um regulamento sobre o assunto o mais breve possível.

A este respeito, afirma-se que dois parágrafos foram acrescentados ao Artigo 129 do Regulamento da Educação, mas isso não é suficiente. Solicita-se que o regulamento seja aplicado às escolas que já foram abertas ou que serão abertas, a fim de impedir que essas escolas se envolvam em atividades políticas ilícitas. Há uma alegação no documento de que estrangeiros abriram essas escolas como fábricas do mal contra o Devlet -i Aliye (Governo Otomano).

Em resposta aos pedidos das províncias, o Mekatib-i foi criada a Inspetoria Gayr-i Muslim-i Ecnebiyye e, para esse fim, foi publicado o regulamento acima mencionado. De acordo com o regulamento, os livros didáticos utilizados nas escolas abertas por minorias e estrangeiros, bem como os programas implementados, serão inspecionados pela Inspetoria.

Além disso, para a abertura das escolas, os inspetores determinarão o prédio onde a escola estará localizada, o número de professores e se eles são muçulmanos ou não muçulmanos, de acordo com as normas do Artigo 129 do Regulamento da Educação, juntamente com documentos traduzidos contendo suas qualificações profissionais. A licença necessária será verificada, sendo enviada ao Ministério da Educação e, após aprovação, ao Bab-ı Ali. Os inspetores também verificarão se os livros da biblioteca da escola estão em conformidade com as normas e se contêm conteúdo que infringe o Estado, e se os livros autorizados para uso didático são lidos de acordo com essas normas.

Já foi mencionado que essas instituições educacionais funcionavam como fundações no Império Otomano. A renda das fundações pode ser resumida como a renda obtida por uma pessoa, instituição ou atividade. O documento adicional em 1, datado de 16 de fevereiro de 1889, é uma diretiva sobre como inspecionar atividades como bailes, peças de teatro e loterias organizadas por escolas não muçulmanas estabelecidas na forma de fundações em benefício da escola (Arquivo do Estado da República da Turquia, s.d., pp. 1–67).

De acordo com o memorando enviado ao Ministério da Educação em 31 de janeiro de 1889, existem informações sobre as atividades realizadas em benefício da escola no centro de Istambul e nas províncias, que não foram autorizadas a serem obtidas, e a prestação de contas das receitas obtidas após a atividade não foi verificada.

Assim, na decisão tomada pelo Majlis- i Maârif, após ter sido declarado que as inspeções da loteria, do baile e do teatro seriam diferentes, estas foram explicadas uma a uma. Primeiro, foi declarado que era necessário obter permissão para todas as atividades. Como as peças teatrais deveriam ser inspecionadas pela comissão do inspetor, foi enfatizado que as receitas obtidas ao final dessa atividade deveriam ser contabilizadas. Foi declarado que os bilhetes para o baile e para a loteria poderiam ser impressos após a aprovação do Mekatib-i. A

Inspetoria de Ecnebiyye deverá, então, prestar contas das receitas de forma integral. Ao final desses procedimentos, ficou decidido informar o Ministério das Relações Exteriores, a prefeitura e o Ministério da Segurança.

Embora se tenha tentado controlar, por meio de leis e diretrizes, a educação ministrada em escolas estrangeiras e para minorias, bem como outras atividades, os documentos do arquivo mostram que o sucesso desejado nesse assunto não foi alcançado.

Com relação ao assunto, a rejeição de meninas muçulmanas em países estrangeiros, datada de 22 de novembro de 1887 (Arquivo Estatal da República da Turquia, s.d., pp. 1–55); a proibição de comportamentos e palavras contra o Estado em várias cerimônias e reuniões realizadas em escolas estrangeiras e não muçulmanas, em peças teatrais, datada de 20 de julho de 1891 (Arquivo Estatal da República da Turquia, s.d., pp. 2–17); a expulsão de estudantes muçulmanos de escolas estrangeiras em Beirute, em 19 de janeiro de 1894 (Arquivo Estatal da República da Turquia, s.d., pp. 3–13); atividades educacionais prejudiciais em escolas não muçulmanas e estrangeiras, datada de 12 de fevereiro de 1894 (Arquivo Estatal da República da Turquia, s.d., pp. 3–15); investigação sobre a quantia de dinheiro encontrada em escolas gregas, búlgaras, sérvias e romenas, datada de 25 de dezembro de 1895, e como foi gasta.

Estrangeiros tentaram abrir escolas na Anatólia para aumentar sua influência. Melhoria da educação em Memâlik-i Mahsûsa-yı Şahane para eliminar a influência a ser obtida através de escolas estrangeiras (Arquivo do Estado da República da Turquia, s.d., pp. 3–10); existem documentos datados de 19 de outubro de 1900, afirmando que para reduzir a demanda por escolas estrangeiras, as escolas deveriam ser organizadas de acordo com as necessidades, e uma escola comercial deveria ser aberta em Beirute (Arquivo do Estado da República da Turquia, s.d., pp. 4–42).

A luta do Império Otomano contra as escolas abertas por minorias e estrangeiros continuou até que este anunciou a abolição das capitulações durante a Primeira Guerra Mundial (Mutlu, 1999, pp. 18-25). No Tratado de Lausanne, assinado ao final da Luta Nacional, o resultado desejado foi alcançado na questão da abolição das capitulações, que estava entre os temas nos quais o governo turco jamais faria concessões, e as capitulações foram completamente abolidas. Durante a recém-criada República da Turquia, a solução para o problema foi concretizada com a Lei de Unificação da Educação (Tevhid-i). Tedrisat Kanunu) datado de 3 de março de 1924 (Öztoprak, 2025). De acordo com a lei, todas as instituições que oferecem educação em todo o país passaram a estar sujeitas às normas do Ministério da Educação.

CONCLUSÃO

As escolas estrangeiras e minoritárias começaram com a conquista de Istambul, ou seja, com a expansão do Império Otomano e a diversificação religiosa da população. As características sociais do Império Otomano, as características comunitárias e a gestão da educação por meio de fundações, por vezes, levaram a problemas no ensino. As escolas abertas por fundações minoritárias causaram sérios problemas. A continuidade da expansão do Império Otomano, aliada à incapacidade de estabelecer uma estrutura central sistemática na área da educação, agravou ainda mais esses problemas.

Enquanto o Império Otomano se expandia, começou a perder poder, e as capitulações concedidas como concessões comerciais no século XVI começaram a afetar o Estado culturalmente ao longo do tempo. As salas de aula abertas para educação religiosa em igrejas por todo o país transformaram-se em escolas, e estas escolas tornaram-se instituições onde, por um lado, se ministrava educação, por outro, se criavam cidadãos otomanos não muçulmanos com ideias separatistas, influenciados pelos Estados estrangeiros que assumiram o papel de patronos das igrejas.

O Estado pretendia controlar essas escolas usando sua autoridade central e adicionou um artigo relevante ao Maarif-i Umumiye Nizamnamesi em 1869. A expressão “escola particular” no regulamento facilitou o licenciamento de escolas tanto para minorias quanto para estrangeiros. No período seguinte, houve um aumento significativo no número de escolas. A resposta dada à solicitação enviada ao centro, devido às atividades inadequadas das escolas, foi o regulamento de inspeção de escolas não muçulmanas e Ecnebiyye.

O Império Otomano era forte nos séculos XV e XVI. Embora as minorias não muçulmanas e até mesmo as escolas financiadas por estrangeiros não representassem um problema sério durante esses séculos, a diminuição do poder do Estado e as concessões feitas ao Ocidente causaram um aumento no número de escolas abertas por estrangeiros, que se tornaram incontroláveis.

Em suma, o problema só pôde ser resolvido quando essas escolas, cujos efeitos diminuíram com a abolição das capitulações, passaram para o controle do Ministério da Educação, com a Lei de Unificação da Educação promulgada em 3 de março de 1924.

REFERÊNCIAS

- Aksu, A. (2009). *Politics, modernization, and foreign schools in the Istanbul of the last sultans*. Dergah Yayınları.
- Dingeç, E. (2014). An examination of the effects of American missionary schools on the Armenian separatist movement. *Yeni Türkiye*, (60), 1467–1477.
- Güler, A. (1998). The freedom of religion, worship, education and training of non-Muslims in the Ottoman Empire and the importance of church registers as a source in this respect: Sample decrees from church register number 4. *OTAM: Journal of the Center for Ottoman Studies, Ankara University*, 9, 155–175.
- Haydaroğlu, İ. (2006). Supervision of foreign schools in the Ottoman Empire and its reflections on the Republican period. *Tarih Araştırmaları Dergisi*, 25(39), 149–160.
- Hayta, S. (1995). *The 1869 General Education Regulation and its contributions to Turkish education* [Unpublished master's thesis]. Gazi University.
- Mutlu, Ş. (1999). *Foreign schools in the Ottoman Empire* [Unpublished doctoral dissertation]. İstanbul University.
- Mutlu, Ş. (2005). *Missionary schools in the Ottoman Empire*. Gökkuşbu.
- Özcan, T. (2017). *Ottoman non-Muslim community and foreign schools within the scope of central and modern education*. Gece Kitablığı.
- Özeçoğlu, H. (2020). The problem of controlling foreign schools in the Ottoman Empire at the turn of the 20th century and the example of Protestant schools. *Diyalektolog*, (23), 1–29.
- Öztoprak, İ. (2025). The Law on the Unification of Education. In *Atatürk Encyclopedia*. <https://ataturkansiklopedisi.gov.tr/bilgi/tevhid-i-tedrisat-kanunu/?pdf=3327>
- Padem, S. (2020). Missionary activities in the Ottoman Empire and their impact on the education system. In *A Half Century Dedicated to Education: Festschrift for Prof. Dr. Tayip Duman* (pp. 127–138). Pegem Yayınları.
- Polat, H. (2021). The Ottoman Empire's attempts to control minority and foreign schools according to the 1869 Education Regulation. *Asia Minor Studies*, 9(2), 775–785.
- Republic of Turkey State Archives Presidency, Ottoman Archives (BOA). (n.d.). *Yıldız Perakende Maarif Reports* (pp. 1–52). BOA.
- Republic of Turkey State Archives Presidency, Ottoman Archives (BOA). (n.d.). *Yıldız Perakende Maarif Reports* (pp. 1–55). BOA.

- Republic of Turkey State Archives Presidency, Ottoman Archives (BOA). (n.d.). *Yıldız Perakende Maarif Reports* (pp. 1–63). BOA.
- Republic of Turkey State Archives Presidency, Ottoman Archives (BOA). (n.d.). *Yıldız Perakende Maarif Reports* (pp. 1–67). BOA.
- Republic of Turkey State Archives Presidency, Ottoman Archives (BOA). (n.d.). *Yıldız Perakende Maarif Reports* (pp. 3–13). BOA.
- Republic of Turkey State Archives Presidency, Ottoman Archives (BOA). (n.d.). *Yıldız Perakende Maarif Reports* (pp. 3–15). BOA.
- Republic of Turkey State Archives Presidency, Ottoman Archives (BOA). (n.d.). *Yıldız Perakende Maarif Reports* (pp. 3–10). BOA.
- Republic of Turkey State Archives Presidency, Ottoman Archives (BOA). (n.d.). *Yıldız Perakende Maarif Reports* (pp. 4–42). BOA.
- Sezer Arı, A. (2014). *Foreign schools during the Atatürk period (1923–1938)*. Türk Tarih Kurumu.
- Somel, S. A. (2015). The turning point of education reform in the Tanzimat period: The 1869 General Education Regulation, the Esbab-ı Mucibe draft, and its ideological foundations. In K. Kahraman & İ. Baytar (Eds.), *Sultan Abdülmecid and His Era (1823–1861)* (pp. 136–167). İstanbul Metropolitan Municipality.
- Tozlu, N. (1991). *Foreign schools in our cultural and educational history*. Akçağ.
- Zengin, Z. S. (2007). Activities of foreign and minority schools during the reign of Abdulhamid II. *Belleken*, 71(261), 613–652.

CRediT Author Statement

Agradecimentos: Não.

Financiamento: Esta pesquisa não recebeu nenhum apoio financeiro.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: O trabalho respeitou a ética durante a pesquisa.

Disponibilidade de dados e materiais: Os dados e materiais utilizados neste trabalho não estão disponíveis publicamente.

Contribuições dos autores: Cada autor contribuiu igualmente para a elaboração do artigo.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação

Revisão, formatação, normalização e tradução

